

## Comunicação rural: evolução x potencialidades

Rural communication: evolution x potential

**Nayra Grazielle da Silva**

Graduanda em Agronomia, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural,  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil  
*nayra.grazielle@gmail.com*

**Liziany Müller**

Doutora em Agronomia, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural,  
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil  
*lizianym@hotmail.com*

### Resumo

Os conceitos e as práticas de comunicação no Brasil encontram-se intrinsecamente vinculados ao processo evolutivo da extensão rural no país. Para o desenvolvimento deste artigo a metodologia adotada teve como procedimento a revisão bibliográfica, tendo como teoria de base os autores Freire, Bordenave, Callou, Tauk Santos, Cimadevilla, entre outros, analisados por meio de artigos, livros e textos acadêmicos, com o objetivo de discutir a evolução e as potencialidades da comunicação rural. Com a evolução da comunicação emergiram novos atores, novas fontes e, com isso, alterou-se a noção histórica de extensão rural, que envolvem diretamente as comunidades rurais, alterando as suas relações sociais e as formas como as informações são disseminadas e o conhecimento é construído.

**Palavras-chave:** Comunicação rural. Extensão rural. TIC.

### Abstract

The concepts and practices of communication in Brazil are intrinsically linked to the development process of agricultural extension in the country. To develop this paper the methodology adopted was to review the literature procedure, having as base the theory of Freire, Bordenave, Callou, Tauk Santos, Cimadevilla authors, among others, analyzed through articles, books and academic texts, with the aim to discuss the progress and potential of rural communication. With the evolution of communication emerged new actors, new sources and thereby changed the historical notion of extension, which directly involve rural communities, changing their social relations and the ways in which information is disseminated and knowledge is built.

**Keywords:** Rural communication. Rural extension. ITC

## 1 Introdução

Segundo o conceito de extensão, as antigas civilizações egípcias contavam com instrutores para ensinar aos agricultores do Vale do Nilo no plantio do trigo irrigado e na construção de casas de barro e palha do trigo, bem como na organização de associações de pescadores para eliminarem intermediários (OLINGER, 1996).

Para os agentes de extensão rural a comunicação é uma ferramenta fundamental. Segundo Olinger (1996), o desenvolvimento rural e a comunicação estão interligados, visto que a comunicação é utilizada pelos *agricultores* para a tomada de decisões sobre formas de produção e de convivência, pelo *Estado* para definir suas medidas de política agrária, tanto de caráter financeiro e técnico e pelas *empresas* para basear suas decisões nas informações sobre requisitos de insumos e equipamentos e de disponibilidade de produtos para alimentação e agroindústria. Bordenave (1983) considera que a escolha de um modelo de comunicação em detrimento de outro ocorre de acordo com as prioridades determinadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo país. No princípio, a comunicação rural brasileira estava “muito impregnada do extensionismo, do funcionalismo e do difusionismo de inovações, sob forte influência dos paradigmas importados, distanciados, portanto, da realidade brasileira” (Kunsch, 1993), a qual, apesar de ter obtido êxito sobre os Estados Unidos, não teve o mesmo sucesso sobre os países da América Latina (BORDENAVE, 1983).

Em contraponto, na década de 80 surgem críticas baseadas principalmente nos estudos sobre a comunicação dialógica de Paulo Freire na construção de metodologias e instrumentos para políticas de comunicação rural para o desenvolvimento humano.

A partir dos anos 90, com introdução das tecnologias de informação e comunicação no meio rural, e com base no modelo de comunicação de Paulo Freire e Juan Bordenave, o extensionista deve proporcionar mudanças a partir de ferramentas de construção participativas.

Para o desenvolvimento deste artigo a metodologia adotada teve como procedimento a revisão bibliográfica, tendo como teoria de base os autores Freire, Bordenave, Callou, Tauk Santos, Cimadevilla, entre outros, analisados por meio de artigos, livros e textos acadêmicos, com o objetivo de discutir a evolução e as potencialidades da comunicação rural.

Segundo GIL (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

## 2 Da comunicação persuasiva à comunicativa

Os conceitos e as práticas de comunicação no Brasil encontram-se intrinsecamente vinculados ao processo evolutivo da extensão rural no país. Os três períodos da extensão rural foram denominados por Rodrigues (1997) em *humanismo assistencialista*, *difusionismo produtivista* e *humanismo crítico* e caracterizados pelo autor quanto à orientação filosófica e ao modelo operacional predominantes durante o período de sua ocorrência.

A primeira fase da extensão rural ocorreu durante o período de 1948 a 1962 e foi um modelo norte-americano adaptado pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural para incrementar a produtividade agrícola e, como consequência, proporcionar melhor qualidade de vida das comunidades e famílias pobres por meio do aumento de renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produção por meio de um trabalho notadamente assistencialista (OLINGER, 1996; EMATER, 2010; LISITA, 2006).

Segundo o professor Seaman Knapp, considerado o pai da metodologia de Extensão Rural na América do Norte, o agente de extensão tinha por missão “ajudar os agricultores a ajudarem a si próprios”, já que, segundo ele, “um homem pode duvidar do que ouve; pode também duvidar do que vê; só não pode, porém, duvidar do que faz”.

Com ele origina-se o princípio pedagógico que recomenda o “ensinar a fazer, fazendo” por meio de comunicação que motivava e persuadia a indução de mudanças de comportamento, habilidades e atitudes, não levando em conta as especificidades das comunidades agrícolas (OLINGER, 1996; RODRIGUES, 1997; LISITA, 2006).

Entre as décadas de 60 e 80, a concepção difusionista, de influência norte-americana quanto à filosofia, princípios, métodos e meios de comunicação na extensão rural brasileira (OLINGER, 1996 p.

40) é implantada no Brasil com o intuito de divulgar, impor e estender novos conhecimentos produzidos nas universidades e estações experimentais para introdução de pacotes tecnológicos voltados para utilização intensiva de insumos e máquinas, sem levar em conta as experiências e os objetivos dos atendidos pelas políticas de assistência técnica e extensão rural (LIMA; ROUX, 2008).

O modelo difusionista é conceituado por Rogers (1995) como o “processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo entre os membros de um sistema social. É um tipo especial de comunicação em que as mensagens são relacionadas às novas ideias”.

Durante esse período a população rural é transfigurada em mera receptora das políticas governamentais de desenvolvimento do meio rural (TAUK SANTOS; CALLOU, 2001), caracterizada pela comunicação persuasiva, na qual não há troca de ideias entre os autores e não permite que o agricultor e sua família sejam sujeitos de transformação de sua realidade.

Para Thornton e Cimadevilla (2008) “un tema no menor ante la problemática de la difusión y adopción de innovaciones es el poder que atraviesa y se instala en los escenarios y entre los actores”. Trata-se da incomunicação técnico-agricultor provocada pelas diferenças de códigos e meios comunicacionais entre o *habitat* rural e o urbano (BORDENAVE, 1983).

Isso acontece, segundo Gushiken (2005), quando um grupo ou sociedade tradicional se encontra com um grupo ou sociedade mais moderna, urbanizada e industrializada sem que seja considerada a relação existente entre estes dois grupos divergentes. A comunicação, portanto, se constitui na difusão, transferência e persuasão dos valores, ideias e produtos da zona avançada para a zona mais atrasada. O resultado destas contradições fomenta o processo de incomunicação como prática de transferência, de dominação, de negação do sujeito, atuando contrariamente ao desenvolvimento.

Bordenave (1983), ao discutir a questão da pedagogia da comunicação rural, afirma que é importante escolher a opção pedagógica empregada na aprendizagem de novas tecnologias pelos agricultores. Para o autor, enquanto a comunicação difusionista e motivadora consistem em eterna dependência do agricultor com relação ao extensionista a comunicação dialógica e colaborativa prepara o agricultor para propor soluções adequadas para suas condições, associadas com as sugestões do extensionista.

A FAO constatava em 1971 que os programas de desenvolvimento rural fracassaram nos países subdesenvolvidos sob o modelo clássico de difusão clássica (FILHO, 1989), uma vez que este assegurava apenas os interesses econômicos dos países que lhe deram origem (FREIRE, 2013), países estes americanos e europeus.

Massierer e Cotrim (2006) relatam que as avaliações críticas internas e externas sobre os resultados da extensão rural, demonstram que sua ação contribuiu para a exclusão social das comunidades rurais e para a concentração de renda. Para Bordenave (1983), “a falha radicou no fato que o sistema de produção do agricultor não funciona somente com tecnologia, mas também precisa de terra, capital, mão-de-obra capacitada e boa administração”.

Os projetos de desenvolvimento foram fundamentados, em geral, sobre a hipótese que a simples transferência de tecnologias melhoradas podia promover o desenvolvimento econômico de uma dada região. Estas técnicas de pesquisa clássica conduzida em meio controlado, eram destinadas a aumentar os rendimentos das culturas de subsistência ou de renda. O projeto devia convencer os agricultores a adotar estas soluções e se interessar ao enquadramento técnico. Este enfoque explica muitos insucessos de projetos nos anos 70 e 80 (MASCARETTI, 1994 p. 145).

Percebe-se a necessidade de se mudar o enfoque do modelo de extensionista clássico para um modelo alternativo ou crítico (TOMMASINO et al 2006) levando-se em conta a construção do conhecimento com uma base coletiva, sob pilares da troca e do aprendizado mútuo. Tauk Santos (2000, p. 292 apud CALLOU, WILLIE, 2013) elucida: “A característica fundamental da Comunicação Rural é se constituir em processo comunicativo na perspectiva de construir mudanças. Construir mudanças é,

portanto, o cerne da Comunicação Rural”.

A terceira fase, denominada de humanismo crítico, inicia-se no início da década de 80 e vigora até 89, diferenciando-se metodologicamente das fases anteriores quanto à participação ativa dos agricultores no processo de construção do conhecimento de acordo com os seus interesses pessoais (RODRIGUES, 1997).

O educador brasileiro Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, lançada em 1965, discute teoria contrária ao difusionismo, modelo voltado para a transmissão unilateral de informações, normas e recomendações técnicas das universidades e órgãos de pesquisa para os agricultores, questionando o caráter difusionista da comunicação de massa e o modelo de comunicação até então centrado no polo emissor (GUSHIKEN, 2006) situado no paradigma tradicional de relação vertical sujeito-objeto que mantém a submissão do agricultor aos saberes do extensionista (BRASIL, 2010).

Para Glauber (1996), a extensão é considerada “um processo de educação”. Para Freire (2013 p. 91), “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Ainda segundo o referido autor (2013), “a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado”.

A partir do entendimento que educação deve ser praticada por meio do diálogo, Freire (2013) se contrapõe à atividade do extensionista como prática educativa, demonstrando que o próprio termo “extensão” contém um caráter antidialógico, uma vez que realiza a educação por meio da transmissão ao invés de construção do conhecimento. O dialogismo defendido pelo educador brasileiro pode ser considerado uma questão pedagógica em que se baseou toda a crítica da comunicação rural praticada na transferência de tecnologia, de forma vertical, unilateral e opressora.

Masssoni (2008) corrobora com o educador brasileiro quando diz que “comunicación estratégica por cuanto es donde ocurre el cambio, la transformación cognitiva de los actores. Implica la participación en tanto es una acción común - con outro - sin pretensiones de completitud”. Para Braga e Carvalho (1999), “cabe ao comunicador incentivar essas autoridades a tomar consciência dessa realidade e traduzir, em linguagem campesina, as decisões institucionais que afetam o meio rural”.

À medida que as discussões acerca da extensão rural se intensificam, o conceito de Comunicação Rural definido por Bordenave (1988 p. 8) como um “conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural” se fortalece e serve como base para a prática da extensão rural brasileira.

Para Masssoni (2008), o comunicador deve desenvolver o processo de comunicação de forma participativa e estratégica.

La especificidad del comunicador es articular prácticas de comunicación y movimientos sociales. El profesional de la comunicación opera en la dinámica social y su formación debería estar organizada para desarrollar la creatividad en relación con la oportunidad, y más allá del espacio laboral en el que se desempeñe - en los medios o en las instituciones, en niveles micro o macro sociales - debería generar la capacidad de diagnosticar la dimensión comunicativa para reconocer sus racionalidades y poder organizar una estrategia de intervención que ponga en juego diversos saberes en torno a distintos objetivos de cambio social conversacional.

A participação plena na comunicação ocorre, para Kaplún (1980), quando os interlocutores são, ao mesmo tempo, emissores e receptores, com a oportunidade não só de responder à mensagem recebida e reagir ante ela, mas também de construir suas próprias mensagens. Jenkins (2009) afirma que “em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo”.

Para Martín-Barbero (2009, p. 28), “a comunicação se tornou uma questão de mediação mais que de meios, questões de cultura e, portanto, não só de conhecimento, mas de reconhecimento”.

Enquanto que a concepção “assistencialista” da educação “anestesia” os educandos e os deixa, por isto mesmo, acríticos e ingênuos diante do mundo, a concepção da educação que se reconhece (e vive este reconhecimento) como uma situação gnosiológica, desafia - os a pensar corretamente e não a memorizar (FREIRE, 2013).

Segundo o MDA (2004), “a metodologia para a ação da Assistência técnica e extensão rural pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos (...)”, assimilando- os e adaptando-os aos contextos e circunstâncias das comunidades rurais, normalmente bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida (THOMPSON, 1998, p. 45).

A Comunicação Rural, como parte do extensionismo, deverá ser praticada pelo técnico consciente de sua missão no meio rural, familiarizado com as atividades rurais e com conhecimento sobre as diferenças básicas entre as comunidades rural e urbana, conhecendo e respeitando as peculiaridades rurais, compondo uma extensão voltada para a pedagogia e para o desenvolvimento humano (BRAGA; CARVALHO, 1999).

### **3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA UMA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA**

A partir dos anos 90 “surge uma nova forma de relação social conectada por redes tecnológicas de informação e comunicação” (GARDNER, 2000 p. 236). São agregados à comunicação rural os processos de globalização, da degradação ambiental, dos avanços tecnológicos emergentes e das novas concepções sobre o rural brasileiro (CALLOU, 2002). Essa nova fase visa o desenvolvimento, o crescimento econômico e a tecnologia (EMATER-RO, 2010).

As mudanças que ocorreram na Extensão Rural exigem um novo perfil de extensionista, com habilidades de utilizar eficientemente os meios audiovisuais, informáticos e comunicacionais, ou seja, as tecnologias da informação e comunicação (TIC). Dessa forma começa a ser discutida a utilização dessas tecnologias como forma de potencializar a atuação do técnico extensionista e como ferramenta de contribuição para o desenvolvimento (LAUDON; LAUDON, 2005 *apud* MONTEIRO, 2007).

O paradigma da era tecnológica se estabelece exatamente quando as novas TIC quebram o modelo desenvolvimentista ao prescindir do processo de urbanização como índice de desenvolvimento. Anteriormente, só se pensava no crescimento dos meios de comunicação de massa (MCM) dentro do ambiente urbano. Hoje, a comunicação por via digital ignora as barreiras entre a vida urbana e o mundo rural, porque o fluxo distribuição/coleta foi invertido. O produto comunicacional não é mais “entregue”, agora ele precisa ser “acessado” (SILVA, 2002).

Nos últimos anos a temática das novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano rural vem sendo incorporada pela Comunicação Rural como forma de desenvolver perspectivas de pesquisa alinhadas ao novo cenário dos contextos rurais, trazendo um grande desafio para a Comunicação Rural, uma vez que seus modelos teóricos não consideravam a difusão *hi-tech* no meio rural (CALLOU, 2000).

Para Braga e Carvalho (1999), a Comunicação Rural do terceiro milênio se utilizará das ferramentas tecnológicas e cibernéticas, exigindo um compromisso entre os comunicadores para que sejam trabalhadas com as comunidades rurais as tecnologias da informação e comunicação, em busca da democratização do acesso e uso dos elementos necessários para produzir comunicação, convertendo-as em produtores e não mais receptores da informação (SPENILLO, 2001).

Sardenberg (2000) relata, no Livro Verde do Programa da Sociedade da Informação no Brasil, que a finalidade do programa “é lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade”. A tecnologia digital “pode ser usada para colocar qualquer informação social na ponta dos dedos” (Gardner, 1999, p. 48).

As exigências do cidadão rural pelo atendimento a seus direitos fundamentais e do mercado agrícola cada vez mais tecnificado e globalizado tornam as necessidades de educação e de infor-

mação ainda mais relevantes. Assim sendo, a aceleração de iniciativas de educação de jovens e adultos, de educação continuada, além da formação profissional voltada para a valorização das atividades produtivas no campo, é de fundamental importância (SIG, 2000).

Rondelli (2003) afirma que a inclusão digital é a “aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos”. Esses veículos e aparelhos de comunicação, segundo Matos (2009), podem auxiliar as comunidades a estabelecerem redes de comunicação capazes de ampliar a opinião pública e de trazer novas contribuições para as discussões sobre questões de seus interesses.

As TIC representam um possível novo canal por que as comunidades podem expressar, por que os cidadãos podem ser envolvidos em processos de tomada de decisão e, finalmente, por que uma esfera pública local pode ser sustentada e a democracia local fortalecida (FREY, 2003).

A TIC assume um papel fundamental para toda qualquer área que necessite de estratégias sustentáveis que conduzam a processos sociais e economicamente viáveis. Assim, ela surge como uma alternativa para a participação de cidadãos que estavam antes à margem de todo o processo de tomada de decisão política (Conceição).

A linguagem, a comunicação e os elementos comunicacionais formam um dos eixos fundamentais da sua proposta educativa para ajudar o homem e a mulher a libertar-se da manipulação e domesticação, desenvolvendo sua capacidade crítico-reflexiva (Gomez, 2000). A apropriação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação pode ser capaz de garantir a grande demanda de informações que o meio rural necessita.

#### 4 CONCLUSÃO

Os avanços tecnológicos promoveram mudanças nos sistemas de comunicação, principalmente pela introdução das tecnologias de informação e comunicação que podem suprir a demanda de informações que o meio rural necessita.

Com a evolução da comunicação emergiram novos atores, novas fontes e, com isso, alterou-se a noção histórica de extensão rural, que envolvem diretamente as comunidades rurais, alterando as suas relações sociais e as formas como as informações são disseminadas e o conhecimento é construído.

A comunicação no meio rural brasileiro está em processo de evolução, assim como as barreiras entre o rural e o urbano. Bordenave, afirma: “A comunicação Rural conscientiza a população, para participar, ativamente, nos processos de mudança social e de construção de uma sociedade democrática e participativa”.

#### REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. E. D. **Comunicação Rural: discurso e prática**. In: XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1988.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação Rural?**. São Paulo, Editora Brasiliense:1983.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010.

BRAGA, G. M.; CARVALHO, Geraldo Bueno. **O futuro da comunicação rural**.

CALLOU, A. B. F.; SANTOS, Maria Sallet Tauk. **Formação de comunicadores rurais: Novas estratégias para enfrentar o século XXI**. Contexto e Educação, Ijuí. Unijuí, n.63, jul./set., 2001, p.119-130.

CALLOU, A. B. F. **Comunicação rural e a era tecnológica: tema de abertura**. Fractais, n.3, Recife, Imprensa Universitária da UFRPE, 2000.

EMATER-RO. **A nova lei da Ater**. Disponível em: <<http://www.emater-ro.com.br/emater.php?get=6&id=14>>. Acesso em 07 set. 2014.

FILHO, J. M. **Difusão de inovações: críticas e alternativas ao modelo dominante**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.6, n.1, p. 101-115, jan/abr. 1989.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Editora: Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2013. 16ª Edição.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970.

FREY, K. Desenvolvimento Sustentável Local na Sociedade em Rede: o potencial das novas Tecnologias de Informação e Comunicação In: Revista de Sociologia e Política, Nº21: 165 – 185 Nov. 2003.

GARDNER, Inteligência: um conceito reformulado. Tradução: Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva. 1999.

GASTAL, E. O processo de transformação tecnológica na agricultura. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília, v.1, n.2, p. 219-144, 1984.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2ª ed. – São Paulo: Aleph, 2009.

KAPLÚN, M. **La comunicación participativa como praxis y como problema**: La experiencia del Casete-Foro In: Comunicação e Sociedade, ano I, no. 3, julho de 1980.

KUNSCH, M. M. K. Apresentação. In: BRAGA G. M., KUNSCH, M. M. K. Comunicação rural-discurso e prática. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993.

MAGALHÃES, H. A. **Comunicação e desenvolvimento**: sistemas de informação e conhecimento tecnológico. 2 de outubro de 2009. 159 páginas. Dissertação – Universidade Federal de Goiânia.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora URFJ. 6. Ed. 2009.

MASSIERER, C.; COTRIM, D. S. **A contribuição da comunicação para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras no litoral norte do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/465.pdf>>. Acesso em 07 set. 2014.

MASSONI, S. “**Comunicación y desarrollo. Encuentros em la diversidad**”. In: Thornton, R. D. (org); CIMADEVILLA, G. (org). *Grises de lá Extensión, la Comunicación y el Desarrollo. Os tons grises da extensão, da comunicação e do desenvolvimento*. Buenos Aires: Inst. Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar, Grupo de Trabalho Ater. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final: 25/05/2004.

MONTEIRO, E. P.; PINHO, José Benedito. **Limites e possibilidades das tecnologias da informação e comunicação na extensão rural**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.30, n2, p. 103-121.

MOREIRA, I. C.; MASSARANI. **Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil**.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis, SC. Editora: EPAGRI.

1996.

RODRIGUES, C. M. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations.** 4<sup>th</sup> ed. New York: Free Press, 1995. p. 518.

RONDELLI, E. **Quatro passos para a inclusão digital.**

TAUK SANTOS, M. S.; CALLOU, A. B. F. **Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local.** São Paulo: Signo – Revista de Comunicação Integrada, a. II, n. 3, set.1995.

TAUK SANTOS, M. S. Comunicação Rural: velho objeto, nova abordagem -mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. V Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação. Recife, 1998. p. 2.

SILVA, D. O. **Notícia online para o agronegócio: jornalismo e mediação institucional.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Intercom, 2002. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002\\_anais/2002\\_NP9silva.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP9silva.pdf) . Acesso em 31 out. 2014.

SPENILLO, G. **Comunicação comunitária e novas tecnologias** – por uma formação profissional em busca da cidadania. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Campo Grande, MS. 2001.

Sociedade da informação no Brasil (SIG): **livro verde** / organizado por Tadao Takahashi. – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TOMMASINO, H.; MARQUEZ, M. G.; GUEDES, E.; PIETRO, M. **Extensión Crítica: los aporte de Paulo Feire.** In: Humberto Tommasino; Pedro de Hegedüs. (Org.). Extensión: reflexiones para a intervención em el médio urbano y rural. 1 ed. Montevideo: universidad de la Republica – Facultad de Agronomia, 2006, v.1, p. 121-135.

THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. **Grisés de lá Extensión, la Comunicación y el Desarrollo.** - 1a ed. - Santa Rosa: Base 1; Buenos Aires: Inst. Nacional de Tecnología Agropecuaria - INTA, 2008. p. 127.

THOMPSON, J. B. **Comunicação e contexto social:** In. A mídia e a modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 19-46.